

O Mundo Não Para

por Mário Soares

Hoje não vou escrever sobre a crise nem sobre os projectos políticos que - imagino - começam a esboçar-se para a tentar resolver, após as eleições legislativas de 20 de Fevereiro.

Em primeiro lugar, porque estamos ainda a assistir aos primeiros embates, pouco consistentes, de propostas políticas que não estão ainda suficientemente explicitadas. À excepção do Bloco de Esquerda que apresentou, através da Internet, o seu programa intitulado: "Tempo de Viragem - as prioridades para uma governação que imponha um novo ciclo de políticas". Um texto que embora polémico, como seria de esperar, na primeira leitura que dele fiz, me pareceu consistente e original. Mas os outros partidos não passaram, até agora, das ideias soltas, sem articulação e dos "faits divers" de uma campanha que se afigura bastante politiqueria. Deve exceptuar-se também "a agenda de crescimento para a próxima década", apresentada pelo PS nas "Novas Fronteiras". Mas, que eu saiba, não há ainda um texto único que explicita, em concreto, o rumo que o PS se propõe seguir.

Em segundo lugar, porque não penso que sejam úteis, para os leitores, interessados em fundamentar as suas opções eleitorais, comentários sobre os "mergulhos", os recados insidiosos e os avisos de Santana a Portas ou vice-versa, as respostas improvisadas à saída das visitas pré-eleitorais de Sócrates, as perguntas armadilhadas, logo comentadas com argúcia e parcialidade por Bagão Felix, ou a artilharia pesada anti-PS, que tem usado o novo líder comunista Jerónimo de Sousa. Reservo-me para quando houver - se é que irá haver - textos programáticos fundamentados, propostas claras e a apresentação de políticas novas, concretas e calendarizadas, para ultrapassar a crise e nos fazer sair do "buraco" para onde nos atiraram. Porque o diagnóstico da crise está feito e é conhecido. O que interessa agora é conhecer as terapêuticas e os remédios propostos para a debelar.

•

O mundo, entretanto, não pára. Mesmo à nossa porta, em Espanha e na União Europeia. Mas também na América e no atoleiro do Iraque em que a administração Bush, com tanta ignorância e impreparação, envolveu a potência hegemónica, desprestigiando-a moral e politicamente e, do mesmo passo, revelando ao mundo as suas enormes fragilidades. Militares, políticas e económicas.

Parece-me oportuno voltar dois anos atrás: à mentira da existência de armas de destruição maciça, nas mãos do ditador Saddam Hussein, o pretexto encontrado para justificar uma guerra "preventiva" ilegal. A mentira foi avalizada na Cimeira dos Açores, pelos amigos europeus de Bush: Blair, Aznar (a que depois aderiu Berlusconi). Com o anfitrião - Durão Barroso - a declarar que as armas existiam porque lhe tinham mostrado em Londres, "provas irrefutáveis". Sabemos hoje o valor dessas "provas"...

Ora dois anos depois, estando Bush no começo do seu segundo mandato, sem ter mudado, ao que parece, a linha de rumo (veremos o que dirá no seu discurso de reinvestidura, em 20 de Janeiro) a América põe oficialmente fim às buscas na procura das celebradas armas ou dos seus vestígios - que o presidente da Comissão de peritos da ONU, o sueco Hans Blix sempre negou existirem - refere as "informações incorrectas" da parte dos serviços de inteligência e espionagem e conclui, a verdade vem sempre ao cimo da água, pela sua não existência. Que vergonha para Bush e para os seus apaniguados europeus, que nele confiaram!

Note-se que a existência ou não de armas nucleares e químicas não era um problema académico. Foi o fundamento principal para a invasão do Iraque, com todas as suas terríveis consequências e para a dinamização de uma estratégia, também ela errada, de luta contra o terrorismo. Dois terríveis erros que a América, infelizmente, está - e continuará - a pagar muito caro.

Mais de mil mortos americanos e inúmeros feridos, já custou a guerra no Iraque. O que começa a ser muito pesado em termos de opinião pública. E muitos milhares de iraquianos mortos e estropiados, a maior parte inocentes - um país devastado e o caos instalado - tudo feito em nome

da Democracia. É o descrédito completo, no mundo islâmico, de uma palavra força - democracia - que devia merecer outro respeito.

Veremos como correm as eleições no Iraque, se chegarem a realizar-se, num país destruído, dividido e totalmente fora de qualquer controlo político fiável. Serão eleições livres e sérias capazes de se imporem aos povos do Iraque, sunitas, xiitas, curdos - além de outras minorias - e como tal reconhecidas pela Comunidade Internacional? É difícil acreditar. Num artigo recente, Lord Ralf Dahrendorf, ex-reitor da London School of Economics, (vide Público de 16 de Janeiro último) chama a atenção para a necessidade de não bastar que as eleições sejam correctas "free and fair" a fim de as considerar legítimas. "É necessário - cito - que haja acordos constitucionais que garantam a todos os grupos étnicos e religiosos um lugar nas instituições políticas nacionais". E que haja o "imperativo da supremacia da Lei, exercida por um órgão judicial independente e respeitado". Ora é isso justamente o que falta no Iraque, que se encontra à beira da guerra civil, envolto em violência e onde, acima da Lei, impera a força militar, como todos sabemos. Assim, é provável que as eleições de 30 de Janeiro não só não venham legitimar nada, nem encorajar um esforço democrático insipiente mas, ao contrário, agravar as dissensões internas e os conflitos político-religiosos.

Por outro lado, importa reconhecer que o Iraque se tornou no principal campo de treino do terrorismo islâmico. Um factor de insegurança explosivo, bem pior que o Afeganistão, para o mundo arabo-mulçulmano. A tortura dos prisioneiros em Guantanamo e em Abu Ghraib constitui um desrespeito aos Direitos Humanos irreparável para a autoridade moral da Hiperpotência. O conflito Israelo-Palestiniano reacendeu-se logo a seguir à entronização, que despertou tantas esperanças, do sucessor de Arafat, o presidente Abu Mazen. O que demonstra, mais uma vez, como os cálculos políticos americanos, para a Região, se têm revelado sempre mais do que inconsistentes. Sem esquecer o Irão - em rota de colisão com a América - e a precaridade do regime monárquico na Arábia Saudita...

Há, assim, muitas probabilidades de que a invasão e a ocupação militar do Iraque se torne, para a América, um problema extremamente crítico, um novo Vietname. Com um desenlace semelhante. Há múltiplos sinais nesse sentido. Com um mal estar crescente no recrutamento de militares e os custos financeiros enormes da ocupação. Ora, a economia americana - com os exponenciais défices gémeos e a descida do dólar - não vai nada bem, ao contrário do que dizem certos economistas que esquecem que a política também influencia - e muito - a economia. As indicações que chegam, em vésperas da reinvestidura de Bush, é que vamos ter, pelo menos, nesta primeira fase, mais do mesmo. O que não augura nada de bom - em tantos domínios - para a paz e estabilidade do Mundo...

Lisboa, 20 de Janeiro de 2005